



## “Bancos têm que chegar até a pobreza”

O Prêmio Nobel da Paz de 2006, Muhammad Yunus, falou ontem no Senado sobre a instituição do microcrédito. Essa modalidade de empréstimo foi criada por ele na década de 70 para atender à população pobre de Bangladesh, sua terra natal. **4**

# JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.824 – Brasília, sexta-feira, 13 de junho de 2008



O Senado homenageou os cem anos da imigração japonesa no Brasil. Garibaldi Alves destacou a grande contribuição dessa colônia. Aloizio Mercadante (*foto à direita*) lembrou que os primeiros imigrantes foram para São Paulo. **5**



## Em estudo, nova fonte de custeio para saúde

Garibaldi teme impasse na votação no Senado de nova contribuição aprovada pela Câmara dos Deputados

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, encomendou à Consultoria Legislativa da Casa estudo que preveja o aumento da taxa de cigarros, bebidas, automóveis de luxo e importados. O objetivo é destinar essa receita adicional à área da saúde. Garibaldi Alves acredita que o Executivo encontrará maiores dificuldades no Senado do que teve na Câmara dos Deputados para aprovar a Contribuição Social para a Saúde. “Se o governo não adotar as devidas precauções, pode realmente ter um insucesso como ocorreu com a CPMF”, advertiu. **3**



Garibaldi: cobrança da CSS não parece sintonizada com a sociedade

### Polêmica sobre terras de fronteiras

O projeto que determina a prorrogação do prazo para regularização de propriedades rurais em área de fronteira dividiu os senadores da Comissão de Agricultura. **6**

### Comissão terá projetos contra desperdício

O desperdício e a malversação do dinheiro público são os principais alvos de propostas que devem resultar de debates sobre o controle público, promovidos pelo Senado. **8**

### Senadores pedem combate ao trabalho infantil

Lúcia Vânia e Paulo Paim cobram providências contra o trabalho infantil no dia em que o Brasil e o mundo celebram data para combater essa forma de exploração da infância. **6**

### Uma voz comum para a América do Sul diante do mundo?

O compromisso do Brasil com a criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) foi elogiado por senadores da Comissão de Relações Exteriores do Senado chileno, que se reuniram com integrantes da congênere do Senado brasileiro. **4 e 5**



Senadores chilenos visitam o Plenário do Senado: reconhecimento do papel do Brasil na criação da União de Nações Sul-Americanas

Secretário do Tesouro afirma que idéia é criar uma poupança extra para ser utilizada em caso de menor crescimento, fazendo o setor público contribuir para o equilíbrio

## Proposta do fundo soberano está associada a crescimento

O SECRETÁRIO DO Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin, disse que a proposta de criação do fundo soberano está associada a uma conjuntura em que o país precisa continuar crescendo, mas com controle sobre pressões inflacionárias. Com esse propósito, ele esclareceu que a idéia é criar uma poupança extra de 0,5% do produto interno bruto (PIB) para ser utilizada em contexto de menor crescimento.

– Estamos adotando uma política levemente contracionista, no sentido de que o setor público possa contribuir para o equilíbrio – salientou.

Conforme o secretário, as pressões inflacionárias afetam todo o mundo, mas o Brasil está respondendo de forma adequada ao choque de preços das *commodities* internacionais. Para ele, se o país tem condições de realizar um resultado primário maior, deve fazer uma poupança, para dela se valer em outra conjuntura.

Augustin admitiu que o fundo terá função “anticíclica” – com mais gastos em momento de recessão, o governo atua para elevar a demanda global, e corta despesas quando o nível da atividade se acelera em ritmo muito forte. De início, a área da Fazenda trabalhava com foco em outras finalidades para o fundo, inclusive para suporte a financiamento de empresas brasileiras no exterior.

O secretário compareceu à Comissão Mista de Orçamento para prestar esclarecimentos sobre o cumprimento das metas



Arno Augustin e o deputado Mendes Ribeiro Filho na Comissão de Orçamento

fiscais do primeiro quadrimestre, conforme cronograma definido na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

### Equilíbrio

Durante o debate, Augustin afirmou que o governo trabalha para o equilíbrio, com o PIB na marca de 5% neste ano. Sobre a reserva extra para constituir o fundo, disse que a idéia foi considerada com base na convicção de que isso não afetará os investimentos programados.

– Os investimentos são estratégicos, porque se a infraestrutura não crescer junto com a economia teremos dificuldades adiante – observou.

Ao fim do primeiro quadrimestre, informou o secretário, o governo fez um superávit de R\$ 48,6 bilhões, resultado de R\$ 12,7 bilhões acima da meta projetada. Segundo ele, esse desempenho resultou de despesas menores e de um forte crescimento das receitas que não deverá se repetir no restan-

te do ano. Assinalou, contudo, que a redução das despesas não comprometeu os investimentos, num total de R\$ 5 bilhões no período, pouco acima do valor do mesmo período do ano passado.

### Solidez

Arno Augustin mostrou convicção de que a evolução da crise que eclodiu a partir do mercado imobiliário norte-americano não resultará em danos significativos para o Brasil. Chamou a atenção para o fato de que, mesmo depois da contaminação da economia mundial pelos problemas dos Estados Unidos, duas das três principais agências de classificação de risco concederam ao Brasil o grau de investimento.

– Depois disso, fizemos emissões [títulos externos] em dólar com as melhores taxas da história. Apesar da crise, o Brasil é visto como país sólido e forte e o investimento externo vem chegando com confiança – frisou.

J. Freitas

## Neuto de Conto destaca papel da agricultura familiar em SC

Ao comemorar o elevado grau de desenvolvimento da atividade agrícola em Santa Catarina, Neuto de Conto (PMDB-SC) considerou a forma histórica de ocupação fundiária adotada no estado, baseada em pequenos núcleos familiares, como fator fundamental para o sucesso da agricultura da região

– A alta qualidade de vida da população rural de Santa Catarina deve-se ao fato de que 90% da agricultura do estado é de caráter familiar. São mais de 180 mil famílias, que respondem por mais de 70% da produção agrícola e pesqueira catarinense – registrou.



Gerálto Magela

Neuto de Conto: produtor trabalha em integração com empresas

Neuto de Conto chamou atenção ainda para o fato de os produtores de seu estado trabalharem em “integração com os agricultores de maior escala e as empresas agroindustriais” da região, como Sadia e Perdigão.

## Zambiasi: nova ponte sobre rio Guaíba

O Rio Grande do Sul, uma das portas de entrada do Brasil para pessoas e mercadorias de países do Mercosul, precisa de uma nova ponte sobre o rio Guaíba, em Porto Alegre, disse Sérgio Zambiasi (PTB-RS) – foto. Segundo o senador, a ponte atual, levadiça, vem causando prejuízos econômicos.

Isso ocorre por que a ponte tem um vão móvel, para possibilitar a passagem de navios de grande porte. As interrupções no tráfego geram protestos de empresários e motoristas que utilizam a ponte, que tem um fluxo médio de 30 mil carros por dia. A construção, informou, já foi objeto de consulta encaminhada pela Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) – a estimativa de custos da obra varia entre R\$ 300 milhões e R\$ 350 milhões e sua execução levaria pouco mais de três anos.



Foto: Gerálto Magela

## Duque sugere que todos visitem o Monumento aos Pracinhas

Paulo Duque (PMDB-RJ) sugeriu aos brasileiros que visitem o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (mais conhecido como Monumento aos Pracinhas), localizado no Aterro do Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro.

O monumento homenageia os brasileiros que combateram na guerra, guardando inclusive restos mortais de alguns combatentes. Augusto Botelho (PT-RR), em aparte, informou já ter visitado o local.

Paulo Duque também homenageou “um herói” de Santa Catarina, o poeta simbolista João da Cruz e Sousa, filho de



Gerálto Magela

Paulo Duque homenageia poeta Cruz e Sousa e coronel Moreira César

escravos alforriados e apelidado de Dante Negro. O senador lembrou ainda o militar do Rio de Janeiro coronel Moreira César, que morreu na Guerra de Canudos.

## Agripino acusa governo de prejudicar seu estado

O senador José Agripino (DEM-RN) protestou contra a “falta de atendimento das demandas do Rio Grande do Norte por parte do governo federal”. Ele reclamou das negativas para a instalação de uma fábrica de PVC em Guimarães; de uma refinaria de petróleo; e de socorro para as plantações e salinas destruídas pelas últimas enchentes.

Agripino disse que as salinas de Macau foram, em grande parte, destruídas pelas cheias, lembrando que o estado produz 95% do sal marinho do Brasil. Afirmou que o governo anunciou a liberação de R\$ 78 milhões e, depois, de mais R\$ 20 milhões para socorrer as vítimas das enchentes não só do Rio Grande do Norte, mas também do Piauí, do Maranhão, da Paraíba e de Pernambuco. No entanto, nenhum recurso

chegou até agora.

– O Rio Grande do Norte tem o presidente do Senado [Garibaldi Alves Filho], tem o líder do PMDB [na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves], a governadora é da base aliada [Vilma Faria, PSB], mas o governo [federal] diz não a todos os interesses do estado – reclamou Agripino.

O parlamentar também criticou a decisão do governo de instalar a refinaria de petróleo entre o Maranhão – que não produz petróleo ou gás – e o Ceará – que produz muito pouco –, preterindo o Rio Grande do Norte, que produz mais de 100 mil barris de petróleo diariamente. Lamentou ainda a negativa para a construção da

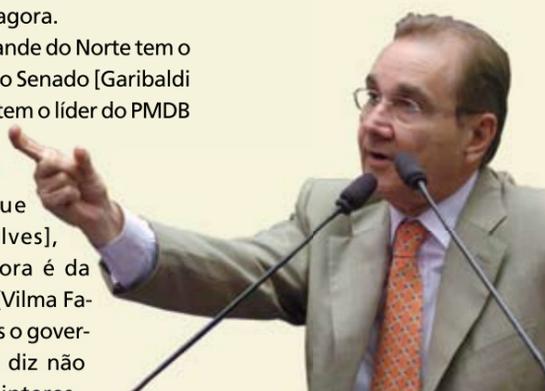


Foto: Gerálto Magela

fábrica de PVC – matéria-prima para a fabricação de plástico – em Guimarães, cidade que tem vantagens logísticas importantes para a atividade.

José Agripino ainda citou a paralisação do trânsito na BR-384, que liga Mossoró a Açu, em protesto contra a situação calamitosa no estado.

– A fome é má conselheira; daqui a pouco vai haver baderna feia – advertiu.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão plenária, às 9h, é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão Paulo Paim (PT-RS), Paulo Duque (PMDB-RJ) e Neuto de Conto (PMDB-SC).

Leopoldo Sihin



Idosas acompanham audiência na Comissão de Direitos Humanos

## Combate à violência contra os idosos passa pelo respeito à lei

O respeito aos direitos legais dos idosos foi apontado, em audiência pública na Comissão de Direito Humanos e Legislação Participativa, como o primeiro passo no combate à violência de que essas pessoas têm sido vítimas. Os convidados para o debate também discutiram a situação dos idosos no que diz respeito a saúde e a segurança e ao combate à discriminação. Participaram do debate Paulo Paim (PT-RS) e José Nery (PSOL-PA).

Representando a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Emídio Rebelo Filho disse que a violência contra os idosos começa pela não aplicação da legislação vigente. Ele também refutou a alegação de que a Previdência Social é deficitária apresentando dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip). Segundo a entidade, a Previdência não apresentou déficit entre 1923 – ano em que foi criada – e 2002 e nos anos de 2000 a 2007 acumulou um superávit de R\$ 339,9 bilhões.

– No próximo ano, mais 1 milhão de pessoas terão redução em suas aposentadorias e passarão a receber um salário mínimo – destacou.

O subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Perly Cipriano, afirmou que é preciso preparar o Brasil para o fenômeno do envelhecimento, que não é apenas físico ou financeiro, mas essencialmente social. Terezinha Tortelli, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), explicou que a Pastoral do Idoso busca a organização de serviços voltados aos idosos. Em sua avaliação, a negligência caracterizada pelo abandono e solidão é a maior violência contra essa faixa da população.

A vice-presidente da Sociedade de Geriatria e Gerontologia, Jussara Rauth, reconhecendo que houve um aumento significativo da produção científica e do conhecimento sobre o processo de envelhecimento dos seres humanos, observou que é preciso disponibilizar esse avanço para as pessoas idosas.

## Senadores vão a Porto Alegre apurar denúncia

Um grupo de senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai, nos próximos dias, a Porto Alegre para a realização de uma diligência e uma reunião com o objetivo de apurar denúncias de maus-tratos cometidos pela Brigada Militar do estado contra representantes de movimentos sociais.

A decisão foi tomada ontem, por requerimento do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS). Segundo o senador, os conflitos foram causados pela mobilização dos movimentos sociais que pedem a apuração de denúncias de corrupção e desvio de recursos públicos em órgãos do governo do Rio Grande do Sul. José Nery (PSOL-PA) anunciou que pretende integrar o grupo.

A CDH aprovou mais quatro requerimentos de autoria de Paim, para a realização de audiências sobre dependência química, prisão ilegal de índios, segurança dos oficiais de Justiça e a Convenção sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência.

## UOL promete monitorar pornografia

Os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, presidida por Magno Malta (PR-ES), reuniram-se ontem com o diretor de Relações Institucionais do provedor Universo On Line (UOL), Gil Torquato. Ficou acertado que o UOL deve disponibilizar, a partir da próxima semana, uma equipe para acompanhar “24 horas por dia, sete dias por semana” o recebimento de denúncias de divulgação de pornografia infantil e apologia ao incesto em suas salas de bate-papo virtual.

Essa equipe será responsável por excluir o material, arquivando as informações por dois anos e encaminhando a denúncia ao Ministério Público. Em 4 de junho, foi aprovado na CPI requerimento que pede a quebra do sigilo dessas informações. O UOL deverá encaminhá-las à comissão na terça-feira.

A comissão, que se reuniu na Assembleia Legislativa de São Paulo, também ouviu pais de vítimas de abuso e dois suspeitos de pedofilia – o pai-de-santo Márcio Aurélio Toledo, que já estava preso, e David Millero Júnior, que foi preso durante a audiência.

Projeto que cria a Contribuição Social para a Saúde mobiliza governo e oposição. Presidente do Senado alerta governo para o risco de a proposta ser rejeitada

# Garibaldi anuncia estudo sobre alternativa à CSS

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, informou ontem ter encomendado à Consultoria Legislativa da Casa estudo que preveja o aumento da taxação de cigarros, bebidas, automóveis de luxo e importados e a destinação dessa receita adicional à área da saúde.

– Eu já mobilizei a consultoria para ver se encontramos uma alternativa, porque pode ser que nos vejamos diante de um impasse e tenhamos que apelar para uma alternativa. Porque essa cobrança da CSS [Contribuição Social para a Saúde] não me parece a mais viável, a mais sintonizada com o sentimento da sociedade, com a carga tributária que temos aí.

Garibaldi observou que o resultado apertado, na Câmara dos Deputados, para aprovação da Contribuição Social para a Saúde – 259 votos, dois a mais do



Jane Araújo

Difícilmente a proposta será votada antes do recesso, segundo Garibaldi Alves

que o mínimo necessário – é sinal de que o Executivo terá maiores dificuldades no Senado.

– Se o governo não tiver as devidas precauções, pode realmente ter um insucesso como teve com a CPMF [Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira] – alertou.

Garibaldi negou que estivesse

falando como opositorista.

– Eu estou falando como um integrante da sociedade, mas reconheço que a saúde precisa ter recursos para atender seus objetivos.

O senador disse ainda que será difícil votar o projeto da CSS no Senado antes do encerramento do semestre.

## Oposição confia na rejeição; governo quer debate



Foto: Geraldo Magela

Demostenes Torres

Um dia depois da aprovação, pela Câmara dos Deputados, da regulamentação dos gastos com a saúde e da criação da Contribuição Social para a Saúde, senadores da oposição se mobilizam para arrematar votos dos governistas e, assim, derrubar a proposta na Casa

revisora. Animados com o resultado apertado na Câmara, opositoristas prometem criar todos os obstáculos possíveis para inviabilizar a “nova CPMF”.

– Sei de pelo menos dois senadores que votaram a favor da CPMF que votarão contra a CSS – disse o senador José Agripino (RN), líder do Democratas, em referência à rejeição no Senado, em dezembro, da proposta que prorrogava a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) louvou o resultado da votação na Câmara.

– Recairá sobre esta Casa a responsabilidade de derrotar mais esse casuismo. Toda a confiança do país está depositada nos senadores.

Se a CSS for aprovada pelo Congresso, todas as movimentações financeiras serão tributadas em 0,1% a partir de 1º de janeiro de 2009, à exceção das dos trabalhadores assalariados, aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que recebem até R\$ 3.038 por mês.

– Acho que o governo não chega a 30 votos, porque isso desmoraliza o senador que votar a favor – avaliou Demostenes Torres (DEM-GO).

A criação da contribuição foi o mecanismo encontrado por deputados governistas para viabilizar o aumento dos repasses para a saúde com a regulamentação da Emenda Constitucional 29. Nos moldes em que foi aprovada no Senado, a regulamentação não previa a fonte dos recursos adicionais, necessários com o estabelecimento do percentual mínimo a ser investido no setor pelos entes federativos.

O líder Romero Jucá (PMDB-RR) informou que o governo está tranquilo e disposto a investir na discussão da matéria, sem pressa. A base governista, afirmou, tratará do assunto na próxima semana.

– Vamos fazer audiências públicas, chamar o ministro da Saúde e outras autoridades – disse Jucá, por telefone, à Agência Senado.

Além de criar a contribuição, o relator do Projeto de Lei Complementar 306/08, deputado Pepe Vargas (PT-RS), manteve a regra atualmente seguida pela União para financiar a saúde. Pelo texto, o governo federal aplicará o valor empenhado no ano anterior acrescido da variação nominal do produto interno bruto (PIB), além do adicional da arrecadação da CSS.



Foto: Geraldo Magela

Romero Jucá

## PSDB pode questionar a contribuição no Supremo, diz Alvaro

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou que seu partido pretende apresentar ao Supremo Tribunal Federal (STF) ação direta de inconstitucionalidade contra “a nova CPMF”, como está sendo chamada a Contribuição Social para a Saúde, aprovada pelos deputados. Ele acredita que o projeto “não passará no Senado”.

Alvaro Dias afirmou que a criação do novo tributo, seis meses depois de derrubada a CPMF, “é um escárnio, um equívoco e uma afronta” à sociedade. Ponderou ainda que se trata de um imposto de “caráter regressivo”, pois incidirá em cascata sobre produtos “comprados pelos ricos e pelos pobres”.



Gerardo Magela

Para Alvaro Dias, a CSS é “um escárnio, uma afronta à sociedade”



Yunus: se a pobreza não chega aos bancos, os bancos têm que chegar à pobreza

## Ganhador do Nobel da Paz fala sobre microcrédito

O PRÊMIO NOBEL da Paz de 2006, professor Muhammad Yunus, compareceu ontem ao Plenário do Senado, em caráter especial, para fazer pronunciamento sobre a criação do microcrédito – modalidade de empréstimo financeiro criado por ele na década de 70 para atender à população pobre de Bangladesh, sua terra natal. Os recursos servem para pequenos empreendimentos que geram emprego e renda, explicou.

A instituição criada por Yunus denomina-se Banco Grameen, que empresta dinheiro – entre US\$ 30 a US\$ 100, em média, sem a exigência de contrapartidas de garantia ou outros papéis. Os principais clientes do banco são mulheres, que representam 97% dos 6,6 milhões de beneficiados pela instituição, cujo principal acionista é o governo local.

Yunus disse que veio ao Brasil também para aprender sobre políticas de redução da miséria no país. Para ele, a mudança de mentalidade em relação à pobreza mundial “passa pelo domínio dos negócios”, atividade estranha para um grande segmento de seres humanos, conforme analisou.

– Se a pobreza não chega aos bancos, os bancos têm que chegar até a pobreza. O objetivo é mudar as instituições colocando o conceito de negócios na pluralidade – sustentou, observando que a educação ambiental para os pobres também tem sido uma prioridade no seu país.

“Nós instalamos, com o microcrédito, cerca de 1,6 mil sistemas domiciliares de painéis solares e desestimulamos o desmatamento para a produção de lenha. Isso também faz parte do que chamamos de negócio social”, concluiu.

## Ensinos de Yunus também inspiraram Jefferson Praia

Durante homenagem a Muhammad Yunus, o senador Jefferson Praia (PDT-AM) afirmou que procurou aplicar os princípios do ganhador do Prêmio Nobel da Paz de 2006 quando foi secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Manaus.



Microcrédito beneficiou a periferia de Manaus, diz Praia

Para o senador, Yunus já conquistou “seu lugar imortal entre os grandes benfeitores da Humanidade”. Jefferson Praia avaliou ainda que a idéia do “banco das aldeias (Grameen Bank) demonstra a força irresistível das boas idéias aliadas ao trabalho árduo e bem orientado, sob a inspiração do provérbio oriental: melhor que dar o peixe é ensinar a pescar”. No caso, a vara de pescar se chama microcrédito.

– Muhammad Yunus tem razões de sobra para sentir orgulho. Afinal, cerca de 65%

de seus clientes ultrapassaram a linha de pobreza. E os níveis de inadimplência não superaram os 2%. É o crédito desburocratizado a serviço da criação de oportunidades de trabalho e renda – assinalou.

Jefferson Praia observou que os ensinamentos do Prêmio Nobel podem ser aplicados no Brasil, especialmente junto aos beneficiados pelo programa Bolsa Família.

Em aparte, Marina Silva (PT-AC) disse que o grande desafio brasileiro é promover “inclusão produtiva” das pessoas beneficiadas pelos programas de transferência de renda dos governos federal e estaduais. Pedro Simon (PMDB-RS) também elogiou a postura de Muhammad Yunus, dizendo que, apesar de sua importância, o inventor do microcrédito é de uma “simplicidade impressionante”.

Integrantes das comissões de Relações Exteriores dos Senados dos dois países exaltam a criação da Unasul e discutem a presença de tropas no Haiti

# Senadores chilenos e brasileiros debatem temas da América do Sul



Gazmuri defende criação de corredor bioceânico

A CRIAÇÃO DA União de Nações Sul-Americanas (Unasul), a presença de tropas brasileiras e chilenas no Haiti, a construção de um corredor de transportes bioceânico e os biocombustíveis foram os principais temas do encontro realizado ontem entre senadores do Brasil e do Chile. O debate ocorreu durante reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Acompanhado do embaixador chileno em Brasília, Álvaro Humberto Díaz Pérez, o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado do Chile, Jaime Gazmuri, elogiou o compromisso bra-

sileiro com a criação da Unasul. A organização, disse ele, poderá servir como “voz comum da América do Sul diante do mundo”.

Ao lembrar a intenção de se criar um órgão parlamentar ligado à Unasul, Gazmuri frisou não ser a favor de “se multiplicarem instituições que não tenham função objetiva definida”. Isso porque, além desse novo órgão, já estão em funcionamento o Parlamento do Mercosul e o Parlamento do Pacto Andino.

Quanto à presença de tropas dos dois países no Haiti, dentro de uma missão de estabilização da Organização das Nações Unidas

(ONU), o presidente da comissão chilena afirmou que deveria ser estabelecido prazo limite para a retirada das forças. Gazmuri manifestou ainda o interesse na construção do corredor bioceânico de transportes, que permitirá o acesso de produtos brasileiros ao mercado asiático, pelo Oceano Pacífico, e de produtos chilenos aos portos do Atlântico.

**Avanços**  
O presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), classificou a criação da Unasul como um “avanço para o continente” e ressaltou as responsabilidades de

Brasil e Chile na manutenção da estabilidade na América do Sul. Atendendo a pedido de Heráclito, João Tenório (PSDB-AL) abordou o programa brasileiro de biocombustíveis. Ele informou ter participado da conferência sobre aumento de preços dos alimentos, promovida em Roma pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Tenório disse entender a preocupação dos europeus – que sofreram duas grandes guerras – com segurança alimentar, mas ressaltou que na América Latina ainda existem vastas áreas para a produção de biocombustíveis.

## Brêtas: educação está na base do “milagre irlandês”

A educação está na base do chamado “milagre irlandês”, disse ontem o ministro de primeira classe Pedro Fernando Brêtas Bastos, cuja indicação para o posto de embaixador em Dublin foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Antes visto como um dos mais atrasados países da Europa, recordou o embaixador, a Irlanda passou a ser conhecida – após os investimentos em educação, ciência e tecnologia – como o Tigre Celta.

Em 1988, relatou Brêtas, a revista inglesa *The Economist* classificou o pequeno país como “o mais pobre entre os ricos”. Nove anos mais tarde, comparou, a mesma revista chamou a Irlanda de “luz brilhante da Europa”. Durante o período que separa as duas reportagens, o país começou a colher os frutos de duas vantagens comparativas: os pesados investimentos na educação e os recursos provenientes da União Européia para

a atualização de sua infra-estrutura, assinalou.

– Ocorreu na Irlanda uma revolução na educação. Se antes ela era voltada apenas para uma elite, foram então criadas as condições para uma educação em massa, com a construção de escolas modernas – relatou Brêtas, que deixa, após quatro anos, o cargo de assessor internacional da Presidência do Senado.

Além de modernizar a sua infra-estrutura, disse ainda o embaixador, a Irlanda reduziu a tributação das empresas. Os impostos reduzidos e a alta qualificação da sua mão-de-obra atraíram grandes investimentos estrangeiros, especialmente na área de tecnologia da informação. Em 2001, a Irlanda chegou a produzir mais programas de computador que os Estados Unidos, tradicionais líderes no setor.

Brêtas informou que sua intenção é a de “colocar o Brasil no mapa da

Irlanda”. Ele observou que o país tem um potencial de compras no exterior de cerca US\$ 100 bilhões. Além disso, observou, o Brasil pode atrair turistas irlandeses – que convivem boa parte do ano com um clima incómodo – para as suas praias tropicais. Desde que sejam criados, como lembrou, vãos diretos entre os dois países.

A mensagem de indicação de Brêtas teve como relator o senador Romeu Tuma (PTB-SP), que elogiou o trabalho do embaixador como assessor internacional no Senado. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que participaria de um debate sobre o programa de renda mínima na Irlanda.

**Suíça**  
A CRE também aprovou mensagem presidencial que indica a ministra de primeira classe Maria Stela Pompeu Brasil Frota para o cargo de embaixadora do Brasil na Suíça. O relator

da mensagem foi o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que elogiou “a capacidade e o talento” da embaixadora e disse ter orgulho de vê-la representando o Brasil em Berna.

Em sua exposição, Maria Stela informou que a Suíça foi o quarto maior investidor estrangeiro no Brasil em 2006, com US\$ 1,6 bilhão. Muitas empresas daquele país têm presença tradicional no Brasil, como recordou. O comércio ainda é deficitário para o lado brasileiro, observou a embaixadora – foram US\$ 1,1 bilhão de exportações e US\$ 2,2 bilhões de importações, em 2007.

As vendas brasileiras ainda estão concentradas em produtos como alumínio e pasta de madeira. Na opinião de Maria Stela, porém, há espaço para se aumentarem as exportações de produtos de maior valor agregado, como aviões e veículos. As duas mensagens presidenciais vão agora à votação do Plenário.

## Garibaldi elogia a competência de embaixador

A fim de cumprimentar o diretor de sua assessoria internacional, Pedro Fernando Brêtas Bastos, indicado para embaixador na Irlanda, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, ressaltou que os japoneses enfrentaram muitas dificuldades, especialmente na chegada ao país. Na abertura da homenagem, ele louvou a grande contribuição da colônia japonesa, que já soma mais de 1 milhão de pessoas, no processo de desenvolvimento brasileiro.

O presidente do Senado observou que, entre os principais desafios que as 165 primeiras famílias de imigrantes tiveram de superar, destacam-se o idioma, os costumes, o vestuário e os hábitos alimentares. Garibaldi lembrou ainda a vocação dessa comunidade para a agricultura, com adoção de técnicas avançadas de plantio e manejo da terra.

Garibaldi Alves prestou homenagem aos representantes da comunidade japonesa que estiveram presentes à sessão, em especial o embaixador do Japão no Brasil, Ken Shimanouchi; o brigadeiro Agostinho Shibata, representando o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito; o diretor do Departamento de Inspeção de Vegetais, do Ministério

### Heráclito

Garibaldi também cumprimentou o presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), pelo trabalho que vem realizando para estender a ação da diplomacia parlamentar a todos os países com os quais o Brasil tem relações de amizade.

Como exemplo desse trabalho, o presidente do Senado referiu-se ao grupo de senadores chilenos que visitavam naquele instante a comissão. Ele prometeu a Heráclito Fortes integral apoio do Senado no desenvolvimento desse intercâmbio.



Heráclito (D), presidente da CRE, ouve Brêtas Bastos, indicado embaixador na Irlanda; colegiado ainda acolheu a designação de Maria Stela para a Suíça



Garibaldi Alves preside a sessão especial, em que Flexa Ribeiro discursa vestindo um quimono sobre o terno

# Homenagem: a imigração japonesa faz cem anos

DURANTE A SESSÃO especial do Senado que homenageou ontem o centenário da imigração japonesa, o presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, ressaltou que os japoneses enfrentaram muitas dificuldades, especialmente na chegada ao país. Na abertura da homenagem, ele louvou a grande contribuição da colônia japonesa, que já soma mais de 1 milhão de pessoas, no processo de desenvolvimento brasileiro.

O presidente do Senado observou que, entre os principais desafios que as 165 primeiras famílias de imigrantes tiveram de superar, destacam-se o idioma, os costumes, o vestuário e os hábitos alimentares. Garibaldi lembrou ainda a vocação dessa comunidade para a agricultura, com adoção de técnicas avançadas de plantio e manejo da terra.

Garibaldi Alves prestou homenagem aos representantes da comunidade japonesa que estiveram presentes à sessão, em especial o embaixador do Japão no Brasil, Ken Shimanouchi; o brigadeiro Agostinho Shibata, representando o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito; o diretor do Departamento de Inspeção de Vegetais, do Ministério

O homem é um gênio quando sonha, e foi isso que aconteceu com os imigrantes japoneses

da Agricultura, Maço Tadanó; o deputado federal Takayama, vice-presidente do Grupo Brasil-Japão do Congresso brasileiro; e o novo embaixador do Brasil no Japão, Luiz Augusto de Castro Neves.

O autor do requerimento da sessão de homenagem, Aloizio Mercadante (PT-SP), recordou que as primeiras famílias foram encaminhadas para a atividade de colono em São Paulo.

– Com elas, sua força de trabalho e organização, havia muitos sonhos. Como afirmou o celebrado cineasta Akira Kurosawa, o homem é um gênio quando sonha, e foi isso que aconteceu – disse.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), houve perfeita sintonia dos imigrantes japoneses com a sociedade brasileira. Hoje, relatou o senador, eles estão em todo o Brasil mesclando sua força e valores, como empreendedorismo e dinamismo, com o potencial e as qualidades brasileiras.

Eduardo Suplicy (PT-SP) louvou a extraordinária contribuição dos japoneses no desenvolvimento da agricultura brasileira de cereais e hortifrutigranjeiros, com a busca por melhores sementes e técnicas de cultivo. Suplicy destacou também a participação de japoneses e

descendentes nas manifestações culturais, como a cineasta Tisuka Yamazaki e a artista plástica Tomie Ohtake.

– Gim Argello (PTB-DF) destacou a confiança mútua entre os dois povos, representado pelas famílias que vieram para Brasília acreditando no sonho do presidente Juscelino Kubitschek. Segundo ele, essas eram pessoas ordeiras e trabalhadoras que muito fizeram pelo desenvolvimento da cidade na agricultura, no comércio e na indústria.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) aplaudiu o movimento mundial de confecção de origamis (arte de dobradura de papel) com o requerimento para que o Senado também participe desse festival de homenagens.

Flexa Ribeiro, que vestia um quimono sobre o terno, salientou a importância do cultivo da pimenta-do-reino no Pará e homenageou todas as famílias japonesas sediadas no estado, simbolizadas na família Yamada – que possui 33 supermercados, empresas de cartões de crédito, fábrica de motores aquáticos e terrestres.

Para Jefferson Praia (PDT-AM), o Senado pode trabalhar para revitalizar as relações Brasil-Japão, abrindo novos campos de cooperação bilateral. Ele lembrou o papel fundamental das indústrias japonesas no desenvolvimento da Zona Franca de Manaus.

## “Forma solidária de relação entre povos”

Durante a sessão especial que homenageou o centenário da imigração japonesa, o líder do PSOL, José Nery (PA), disse que o processo de emigração dos japoneses para o Brasil deve servir de exemplo a outros países, uma vez que demonstra a forma solidária de relações entre povos. O senador observou que nem sempre a recepção de imigrantes, especialmente pelos países desenvolvidos, é feita de forma harmoniosa.

José Nery observou que a convivência amistosa e o respeito que os japoneses têm pelos brasileiros permitiram que eles contribuíssem para a riqueza do Brasil em várias atividades econômicas e sociais.

Também o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) destacou a contribuição do povo japonês para o desenvolvimento do

Brasil. Na opinião do senador, o Japão é um símbolo de paz e de alta tecnologia, que, com a imigração, se expandiu por todo o Brasil. Para Marconi, o povo japonês ensinou aos brasileiros disciplina e trabalho.

Romeu Tuma (PTB-SP) ressaltou a mística japonesa e prometeu trazer na próxima semana, para cada senador, um exemplar de daruma – talismã em forma de boneco que tem os olhos pintados por quem o ganha e dá direito a um pedido. Tuma quer, com isso, que os parlamentares se aliem no combate à violência e à corrupção que, segundo ele, “se alastram pelo país”. Na tribuna, ele se emocionou ao lembrar o tratamento atencioso e fraterno recebido dos japoneses em visita que fez àquele país.

O presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Japão e vice-presi-

dente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara, deputado Takayama (PSC-PR), apelou ao Ministério das Relações Exteriores, bem como ao embaixador brasileiro no Japão para que haja empenho diplomático junto ao governo japonês no sentido de que as peças do navio *Kasatu-Maru* – que trouxe os primeiros imigrantes japoneses ao Brasil e está afundado em águas rasas em território russo – sejam encaminhadas para museu no Brasil e no Japão. Disse que a retirada do navio depende apenas de uma carta do governo japonês ao governo russo.

O deputado também pediu o apoio dos senadores para que o governo brasileiro adote o trem-bala Shincansen no projeto que se pretende implantar nas principais cidades brasileiras.

## Paim pede ação contra o trabalho infantil



Foto: Geraldo Magela

O senador Paulo Paim (PT-RS) citou o transcurso do Dia Mundial contra o Trabalho Infantil, comemorado ontem, e pediu atenção para o problema.

– Lastimo que, enquanto alguns milhões de crianças estão estudando, outras são obrigadas a trocar o livro e o brinquedo pelo trabalho, muitas vezes doloroso e trulento.

Paim ainda comemorou a aprovação, em comissão da Câmara, de emenda de sua autoria a projeto que permite a aplicação do mesmo percentual de reajuste do salário mínimo às aposentadorias e pensões.

Também leu moções de apoio à proposta, por quase uma centena de assembléias legislativas e câmaras municipais.

## Lúcia Vânia vê “situação degradante”

Lúcia Vânia (PSDB-GO) defendeu o engajamento da sociedade e da classe empresarial no combate ao trabalho infantil. Em 12 de junho também é celebrado o Dia Nacional de Combate à Exploração do Trabalho Infantil, conforme a Lei 11.542/07, que resultou de projeto de autoria da senadora.

– A minha intenção foi a de fazer coincidirem os dias Nacional e Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, para conferir maior força às atividades que fazem lembrar a necessidade de pôr um fim a situação tão degradante.

No Brasil, explicou a senadora, é ilegal a utilização do trabalho de menor de 16 anos.



Foto: Geraldo Magela

Projeto que determina prorrogação de prazo para legalizar áreas é retirado de pauta para ser debatido em audiência pública em comissão



Em reunião presidida por Neuto de Conto (D), senadores decidem também debater compra de terras por estrangeiros

## Prazo para regularizar terras na fronteira divide opiniões

O PROJETO QUE determina a prorrogação do prazo para regularização de propriedades rurais em área de fronteira dividiu os senadores presentes à reunião promovida ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Para Gilberto Goellner (DEM-MT), que apresentou voto em separado, o prazo deveria ser fixado em dez anos. Já os senadores João Pedro (PT-AM) e José Nery (PSOL-PA) ponderaram que a prorrogação sugerida por Goellner retardaria a legalização de imóveis rurais, especialmente daqueles localizados na região

Norte. A matéria foi retirada de pauta pelo presidente da CRA, senador Neuto de Conto (PMDB-SC), e deverá ser debatida em audiência pública.

Conforme Gilberto Goellner, o prazo de dois anos fixado no substitutivo apresentado pela relatora, senadora Marisa Serrano (PSDB-MT), foi considerado insuficiente, durante debate da matéria na reunião da CRA na semana passada. Para o senador, sua proposição, que levou em conta a “burocracia existente nos processos de regularização fundiária no Brasil”, visa assegurar o tempo necessário para a

ratificação das concessões.

Na opinião de João Pedro, a proposta seria inadequada para a realidade da Amazônia. Conforme ressaltou, a prorrogação do prazo por mais dez anos seria “um desrespeito brutal à questão ambiental”, uma vez que favoreceria a ação de grileiros e madeireiros.

José Nery considerou que as sucessivas prorrogações do prazo para a regularização das terras estariam contribuindo para o descumprimento da legislação. A Lei 9.871/99, que trata do tema, passou por três prorrogações, a última em 2002.

## Audiência discutirá venda de terras na Amazônia

A compra de terras na Amazônia será discutida em audiência pública pelos senadores que integram a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Requerimento nesse sentido, apresentado por João Pedro (PT-AM), foi aprovado ontem. Conforme observa o senador na

justificação do requerimento, o debate visa esclarecer notícias veiculadas pela mídia sobre a negociação de áreas rurais no município de Manicoré (AM).

De acordo com as notícias, a organização não-governamental (ONG) Cool Earth, comandada pelo sueco Johan Eliasch,

é dona de 160 mil hectares no município.

Na mesma reunião, também foi acolhido requerimento de audiência para debater a cadeia produtiva de caprinos e ovinos no Brasil. A proposta é de autoria do presidente do colegiado, Neuto de Conto (PMDB-SC).

## Projeto facilita construção de casa para família de baixa renda

Famílias com renda mensal de até três salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, poderão ter direito a assistência técnica pública gratuita para o projeto e a construção da casa própria. É o que prevê proposta do deputado Zezéu Ribeiro (PT-BA) acolhido ontem pelos membros da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

A proposição (PLC 13/08) determina que a assistência técnica – a ser concedida mediante apoio financeiro da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal – irá abranger, além do projeto da residência, acompanhamento e execução

da obra, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação.

Além de assegurar o direito à moradia, o projeto, conforme observou o relator Inácio Arruda (PCdoB-CE), tem como méritos otimizar e qualificar o uso e o aproveitamento racional do espaço edificado e de seu entorno, evitando, dessa forma, a ocupação de áreas de risco e de interesse ambiental.

José Nery (PSOL-PA), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Wellington Salgado (PMDB-MG) enaltecem a proposta, que segue agora para análise da Comissão de Assuntos Sociais, onde será votada em decisão terminativa.



Integrantes da CDR vão discutir política de desenvolvimento regional

## Comissão acolhe proposta que cria ZPE em Bom Jesus, no Piauí

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem projeto do senador João Vicente Claudino (PTB-PI) que propõe a criação de zona de processamento de exportação (ZPE) no município de Bom Jesus (PI).

A proposta (PLS 631/07), que obteve parecer favorável do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), será agora votada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

João Claudino informou que o município de Bom Jesus é um

pólo de cultivo de soja, arroz e algodão e afirmou que a criação de uma ZPE ajudaria a incrementar o desenvolvimento de toda a região.

### Desenvolvimento

Na próxima quarta-feira, a partir das 10h, a CDR, em conjunto com a Subcomissão Temporária da Reforma Tributária, da CAE, discute em audiência pública questões relativas à política de desenvolvimento regional diante das propostas de reforma tributária apresentadas pelo governo.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Garibaldi Alves Filho

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** Gerson Camata

**3º Secretário:** César Borges

**4º Secretário:** Magno Malta

**Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretária-Geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias • Paulo Paim • Neuto de Conto

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Davi Emerich (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

**Arte:** Cirilo Quartim e Oscar

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

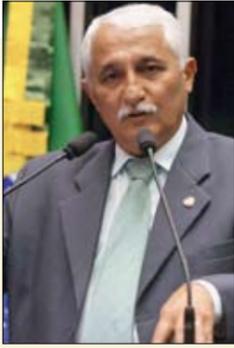
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Augusto apela por propostas que inibam consumo de cigarro por jovens



## Augusto faz elogios a campanha antitabaco

Os jovens estão funcionando “como peças de reposição no esquema de vendas da indústria do tabaco, uma vez que 300 mil pessoas morrem por ano, só no Brasil, em virtude de doenças relacionadas com o fumo”. O alerta foi feito por Augusto Botelho (PT-RR), que elogiou as campanhas antitabaco da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde.

A indústria do tabaco precisa conseguir 300 mil clientes novos, ou mais, para se manter, disse o senador, destacando o slogan da campanha da OMS: “Fique esperto, começar a fumar é cair na deles”.

– Faço um apelo para que aqui, nesta Casa, consigamos aprovar projetos que inibam o consumo de cigarro, principalmente por parte dos jovens, para que aqueles que correm risco de serem influenciados pelas propagandas da indústria do fumo não caiam nessa rede de vício e de morte – pregou.

Augusto Botelho fez ainda uma saudação às famílias de origem japonesa que migraram do Pará para Roraima na década de 50.

Carta Magna ampliou direitos e garantias fundamentais, afirma Geovani



## Geovani homenageia “Constituição Cidadã”

A jornada histórica de que participou, há 20 anos, na condição de deputado constituinte, foi recordada por Geovani Borges (PMDB-AP). Agora, como naquele momento, o senador considera que a Constituição de 1988 representou para o país um importante passo na caminhada que deixava a ditadura militar e rumava para um Estado democrático. “Após 21 anos de regime militar [1964/1985] e da campanha das Diretas Já [1984], a nação clamava por uma Carta Magna que promovesse a transição para a democracia, com eleições diretas em todos os níveis.”

Para Geovani, passadas duas décadas, “pode até ser fácil e não de todo injusto” apontarem erros e equívocos no texto constitucional. Porém, a “Constituição Cidadã”, como foi batizada por Ulysses Guimarães, inaugurou um novo arcabouço jurídico-constitucional, ampliando as liberdades civis e assegurando direitos e garantias fundamentais, afirmou. Ele disse ter certeza de que, “da promulgação até hoje, muitos passos acertados aproximaram a sociedade do destino traçado pelos constituintes”.

Gerardo Mangela

Depoimento prestado por Denise Abreu à Comissão de Infra-Estrutura, em que ela reafirmou ter recebido pressões durante venda de empresa de aviação, repercutiu no Plenário e em entrevistas

# Oposição aponta indícios para CPI; Garibaldi não vê motivo suficiente

Para comentar o depoimento da ex-diretora da Anac Denise Abreu, em que ela confirmou ter sido pressionada pela ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, no caso da venda da Varig, senadores da oposição declararam que as denúncias constituem motivo para instalação de uma CPI. Para Demostenes Torres, o que Denise afirmou à Comissão de Infra-Estrutura na quarta-feira vem ganhando força e pode levar a uma investigação parlamentar. Já Alvaro Dias considerou que a oposição não tentaria uma nova CPI devido à “intromissão do governo no Legislativo”, como,

assinalou, ocorreu no caso da CPI Mista dos Cartões Corporativos. Heráclito Fortes questionou as reuniões que foram realizadas no Planalto e na Granja do Torto. Por sua vez, Pedro Simon reponsabilizou o atual governo e o anterior pela crise a que foi levada a companhia gaúcha. O senador lamentou ainda o fato do Executivo ter lançado mão da lei de falências para vender a empresa. O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, disse não considerar o depoimento da ex-diretora da Anac motivo suficiente para instalação de uma comissão parlamentar de inquérito.



Simon diz que companhia foi vendida a três testas-de-ferro de um grupo internacional

## Simon culpa Lula e FHC pela quebra da empresa gaúcha

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que “a história ainda deve uma explicação sobre a Varig”. Para o senador, uma das maiores empresas de transporte aéreo do mundo foi reduzida a pó. Ele atribuiu a culpa aos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, que “não tomaram providências”.

Simon lamentou o fato de o governo federal ter usado a lei de falências para “vender a Varig a três testas-de-ferro de um grupo internacional”. Disse que o Executivo deveria ter nomeado um interventor para a empresa quando ainda havia tempo, para depois tratar de sua venda “de uma maneira normal”. Também defendeu o pagamento, pelo governo, da diferença entre o preço de custo das passagens aéreas e o que as empresas tiveram de manter, abaixo do custo, após a decretação do Plano Collor. Essa diferença está sendo cobrada na Justiça.

– O Rio Grande do Sul ficou muito machucado – frisou.

Na presidência da sessão, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que ele e Simon fizeram mais de 30 pronunciamentos sobre a crise da Varig. Paim informou que a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), divulgou nota dizendo ser impropriedade a notícia segundo a qual o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) criaria dificuldade para a aprovação do empréstimo de US\$ 1,1 bilhão para o estado do Rio Grande do Sul.

## Para Demostenes, episódio justifica a criação de CPI

Para o senador Demostenes Torres (DEM-GO), membro da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), não há dúvida de que as informações prestadas pela ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu no depoimento ao colegiado têm consistência suficiente para levar à criação de uma comissão parlamentar de inquérito.

– O que ela disse vem ganhando força, vem ganhando consistência. Isso pode levar, com certeza, a uma CPI e a uma bomba pronta para explodir dentro do Gabinete Civil e da própria ante-sala da Presidência da República porque o Roberto Teixeira é compadre do Lula – declarou ontem Demostenes, em entrevista à imprensa.

## Alvaro afirma que oposição pode ir ao MP

Ao comentar os depoimentos de Denise Abreu, do ex-presidente da Anac Milton Zuanazzi e de dois outros ex-diretores da agência, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) sustentou que os indícios que vieram a público já representariam motivo para uma nova comissão parlamentar de inquérito.

– Mas a oposição não vai tentar – afirmou o parlamentar, argumentando que essa decisão decorre do que classificou como “intromissão do Executivo no trabalho legislativo”, conforme teria sido verificada na CPI Mista dos Cartões Corporativos.

Alvaro adiantou que a oposição deverá encaminhar ao procurador-geral da República denúncia formal baseada nos depoimentos.



Segundo Heráclito, “papel de Roberto Teixeira no caso tem de ser analisado e passado a limpo”

## Heráclito: “Não vi Denise ser desmentida”

Ao comentar o depoimento de Denise Abreu sobre suposto tráfico de influência da chefe da Casa Civil, ministra Dilma Rousseff, na venda da Varig, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) considerou “incrível a capacidade que o governo tem de se desviar dos fatos”.

– Quem lá esteve [na Comissão de Infra-Estrutura] viu a cautela com que os membros do governo tratavam a depoente. E ela teve postura firme nas afirmações que fez. Não vi a senhora Denise ser desmentida pelo que disse, muito pelo contrário – disse.

Heráclito observou que o depoimento enseja algumas “reflexões”, referindo-se à forma com que a venda da empresa teria sido discutida pelo governo.

– Se não havia pressão por parte do Palácio, por que tanta reunião na Casa Civil? Por que reuniões na Granja do Torto, que é a residência opcional do presidente da República? – questionou.

O senador avaliou que “o governo incorre em grave erro quando tenta desvirtuar os fatos”, dessa vez referindo-se à atuação, no episódio, do advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula.

– O papel de Roberto Teixeira tem que ser analisado e passado a limpo, até para preservá-lo. Ver que tipo de atuação teve juntamente com familiares seus que trabalham no escritório, não só no episódio Varig, mas em outros na aviação brasileira em que sistematicamente são vistos indícios da digital do advogado paulista – cobrou.

## Garibaldi diz que CPI deve ser usada com a máxima cautela

O presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, disse ontem, em entrevista, que não considera o depoimento prestado pela ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil Denise Abreu à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura suficiente para ensejar a criação de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar a venda da Varig.

Lembrado de que o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), defende a instalação dessa CPI, Garibaldi afirmou:

– Olha, eu considero a CPI um instrumento a ser utilizado com o máximo de cautela possível. Eu não sei se é esse o caso. Diante do depoimento de ontem, parece-me que o caso não recomenda.

– O depoimento da Denise Abreu foi

então uma pá de cal no assunto sobre a venda da Varig? – perguntaram ainda.

– Não, eu não sei se a questão foi encerrada ou não. O que sei é que o depoimento dela não significa uma comissão parlamentar de inquérito de imediato. O dia seguinte ao depoimento não é o dia de constituição de uma CPI.

## Abramo quer menos cargos comissionados

O diretor-executivo da Transparência Brasil, Claudio Weber Abramo, defendeu ontem, durante a audiência pública sobre controle público, a redução do número de nomeações que o governo federal pode realizar para cargos em comissão.

Abramo argumentou que o excesso de nomeações é uma das causas da corrupção na administração pública. Ele fez essas afirmações durante audiência pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

– Como o governo usa esses cargos? Comprando partidos e parlamentares e loteando o Estado, sob a alegação da governabilidade – ressaltou.

A Constituição federal, observou o diretor-executivo, garante ao presidente da República a prerrogativa de fazer tais nomeações. Conforme suas estimativas, haveria 27 mil pessoas em cargos comissionados indicadas pelo Poder Executivo. Ele destacou ainda que as nomeações não se restringem à União, e mencionou o caso do estado de São Paulo, onde cerca de 20 mil funcionários teriam sido indicados pelo respectivo governo.

– Não estou dizendo que um novo governante não possa nomear funcionários para cargos importantes, mas esse número, para o governo federal, poderia ser de, no máximo, 2 mil ou 2,5 mil, por exemplo – avaliou.

O diretor da Transparência Brasil também afirmou estar descrente quanto a uma possível alteração no texto constitucional que limite as nomeações feitas pelo presidente da República.

– As chances de uma proposta desse tipo passar no Congresso não são muito altas, a não ser que haja muita pressão da sociedade sobre os senhores – salientou ele, dirigindo-se aos senadores presentes à audiência.

Desperdício e malversação de dinheiro são os principais alvos de propostas que devem resultar de ciclo de debates promovido pelo Senado Federal



Caio Marini, Sérgio Miranda, Renato Casagrande e Leomar Quintanilha participam do último debate sobre o tema

## Comissão estuda projetos contra mau uso de recursos

AO ENCERRAR ONTEM o ciclo de debates “Controle Público – Instrumento de Cidadania” – realizado às quintas-feiras desde 8 de maio –, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) anunciou que as conclusões serão apresentadas em 3 de julho. Conforme disse, serão incluídas sugestões de projetos de lei sobre o assunto apresentadas durante as audiências.

Casagrande, autor do requerimento à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para promover o debate, afirmou que os projetos de lei que resultarem das discussões serão apresentados pelo colegiado.

O objetivo do controle público,

segundo o senador, é combater o desperdício e a malversação do dinheiro público. As medidas punitivas devem fazer com que os responsáveis pela administração pública tenham “medo de qualquer atividade ilícita”, observou.

### Concurso público

Nos últimos minutos do debate de ontem, o tema predominante foi o concurso público como instrumento de controle. Marcelo Henrique Pereira, diretor da Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil, explicou que o concurso, mesmo não sendo a solução total para os problemas do setor, por certo é a alternativa

mais adequada para o preenchimento dos cargos não eletivos da administração pública.

Marcelo Pereira lembrou que os concursados são submetidos a processo administrativo disciplinar e podem ser demitidos a qualquer momento. Esse controle, frisou, não é exercido sobre os membros dos tribunais de contas, nomeados pelo Legislativo.

– A história do país não registra nenhum caso de afastamento liminar ou definitivo de membro de tribunal de contas – conselheiros não concursados – muito embora haja envolvidos em escândalos e corrupção e malversação do dinheiro público – ressaltou.

## Debate orçamentário deve incluir despesas, diz Sérgio Miranda

Para o ex-deputado federal Sérgio Miranda, “o debate sobre o processo orçamentário deveria tratar também das receitas e das despesas financeiras da União [que incluem as despesas com juros], e não apenas das metas fiscais”. A declaração foi feita ontem, durante a audiência sobre controle público, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

– Quando se trata da elaboração orçamentária, não há no Congresso discussão sobre a questão financeira nem sobre o Banco Central – disse o ex-membro da Comissão Mista de Orçamento.

Miranda afirmou ainda que

“a Lei de Responsabilidade Fiscal assumiu que o Banco Central pode fazer qualquer prejuízo, porque será assumido pelo Tesouro”, e que não há discussão no Congresso a respeito das operações de *swap* reverso – no mercado de derivativos – realizadas pelo banco.

Segundo o jornalista Luis Nassif, que participou da audiência, essas operações “são um escândalo”. Em seu *blog*, Nassif declara que, “do ano passado a maio deste ano, a mesa de operações do Banco Central, com apenas uma operação – o *swap* reverso –, deu prejuízo de R\$ 10 bilhões ao Tesouro e um lucro correspondente ao sistema bancário”.

## Marconi ressalta importância da fiscalização

Ao coordenar a discussão sobre processo orçamentário – no ciclo de debates a respeito do controle público –, o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) ressaltou a importância de “compreender melhor os instrumentos de confecção do Orçamento, do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual”. É igualmente necessário, disse, conhecer “os mecanismos de fiscalização no âmbito não apenas do Congresso Nacional, mas também do Tribunal de Contas da União”, que auxilia o Parlamento no desempenho do controle externo.

## Nassif aponta deficiências da mídia tradicional

Ao comentar a importância do jornalismo para a divulgação e a compreensão do processo orçamentário, o jornalista Luis Nassif declarou ontem que a mídia convencional não tem sido capaz de disseminar conceitos mais complexos sobre o tema. Ele fez a afirmação durante a audiência pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre controle público.

– Se depender do quadro atual da mídia para a cobertura do Orçamento, é melhor desistir – disse ele, acrescentando que “os escândalos pontuais são mais importantes [para a imprensa] que as grandes mudanças estruturais”.

Segundo Nassif, isso ocorre porque, “na cobertura jornalística convencional, quem define o que vira notícia é um conjunto de jornalistas reunidos numa sala, os quais precisam vender um produto, que é aquilo que o leitor já conhece”.

– Não é do interesse desse tipo de cobertura o fato relevante. E, mesmo que fosse, o modo convencional de fazer jornalismo não daria conta – avaliou.

Como exemplo, Nassif citou matérias sobre as discussões quanto à gestão pública ou ao planejamento estratégico, que, conforme observou, são raras. Nesse contexto, ele afirmou que há atualmente no país especialistas nas mais diversas áreas, que, no entanto, “não conseguem se comunicar pelas vias convencionais”.

– Já na internet podemos encontrar ferramentas que permitem captar esse conhecimento, por meio, por exemplo, de fóruns e comunidades de discussão – salientou o jornalista. Nassif acrescentou que “há um burburinho de novas idéias que são muito interessantes” e que podem ser disseminadas pela rede mundial de computadores.



Claudio Weber Abramo: excesso de nomeações causa corrupção



Luis Nassif: internet pode ajudar a disseminar novas idéias